

11 - Entre a Teoria e a Prática: Relato da Parceria FGV Analytics em Segurança Pública

Between Theory and Practice: The Relationship between the Police and Universities

Otaviano Toshiaki Uwada¹
João Luiz Becker²
Bruno de Freitas Alvarenga³

RESUMO

Este artigo examina a relação entre órgãos de Segurança Pública e a pesquisa científica, destacando os paradigmas da pesquisa engajada, do *Problem-Oriented Policing* e do *Evidence-Based Policing*, como marcos fundamentais dessa aproximação. Em um momento inicial, a partir de revisão teórica e de experiências internacionais, como o College of Policing, o Chicago Crime Lab e o Cambridge Centre for Evidence-Based Policing, é lançado um pano de fundo propício a viabilizar a superação do “diálogo de surdos” existente entre órgãos policiais e universidade. Em um segundo momento, no contexto brasileiro, realiza-se um relato do convênio FGV Analytics e da Assessoria de Estudos e Pesquisas em Segurança Pública (ASSESP/ SSP-SP), que exemplificam arranjos institucionais inovadores na integração entre pesquisa aplicada e formulação de políticas públicas de segurança. Propõe-se a transição da pesquisa sobre a polícia para a pesquisa com a polícia, valorizando

1 Mestre em Direitos Humanos pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP). Graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP). Delegado de Polícia da Polícia Civil do Estado de São Paulo. Professor da Academia de Polícia “Dr. Coriolano Nogueira Cobra” (ACADEPOL/PC-SP). ORCID: 0009-0008-8922-9878. E-mail: otaviano.uwada@policiacivil.sp.gov.br.

2 Professor Titular de Tecnologia e Ciência de Dados na FGV-EAESP. Bacharel em Economia e em Matemática pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Matemática Aplicada pelo Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA). PhD em *Management Science* pela UCLA Anderson School of Management. ORCID: 0000-0003-4176-7374. E-mail: joao.becker@fgv.br.

3 Mestre e bacharel em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública pelo Centro de Altos Estudos de Segurança da Polícia Militar. Bacharel em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública pela Academia de Polícia Militar do Barro Branco. Capitão da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Professor no Centro de Altos Estudos de Segurança da Polícia Militar. ORCID: 0000-0002-1529-7412. E-mail: alvarenga@sp.gov.br.

tanto os “pracadêmicos”, como a produção de conhecimento orientado a problemas. Conclui-se que parcerias colaborativas, fundamentadas em rigor metodológico e experiência profissional, são essenciais para ampliar a efetividade, a eficiência e a equidade na segurança pública.

Palavras-chave: Segurança Pública; pesquisa engajada; Policiamento Orientado por Problemas; Policiamento Baseado em Evidências.

ABSTRACT

This article examines the relationship between Public Security agencies and scientific research, highlighting the paradigms of engaged research, Problem-Oriented Policing and Evidence-Based Policing as fundamental milestones of this rapprochement. Drawing on a theoretical review and an account of national and international experiences, it analyzes the overcoming of the so-called “dialogue of the deaf” through international initiatives such as the College of Policing, the Chicago Crime Lab, and the Cambridge Centre for Evidence-Based Policing. In Brazil, the *FGVAnalytics* partnership and the Public Security Studies and Research Office (ASSESP/SSP-SP) stand out as innovative institutional arrangements for integrating applied research and the formulation of public security policies. The article advocates a transition from research on the police to research with the police, emphasizing the role of “pracademics” and the production of problem-oriented knowledge. It concludes that collaborative partnerships, grounded in methodological rigor and professional experience, are essential to enhancing effectiveness, efficiency, and equity in contemporary public security.

Keywords: Public Security; engaged research; Problem-Oriented Policing (POP) e o Evidence Based Policing (EPB).

1 INTRODUÇÃO

1.1 ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

A aproximação de órgãos da Segurança Pública com pesquisadores científicos é bastante incentivada em diversos locais do mundo, tendo práticas como o *Problem-Oriented Policing* (Goldstein, 1979; 1990; 2003) e o *Evidence Based Policing* (Sherman, 1998; Sherman; Murray, 2015) impulsionado formas de relacionamento entre ambos. Essas interações são profícuas e tem o mérito de diminuir as consequências do chamado “diálogo dos surdos” (Bradley; Nixon, 2009; MacDonald, 1987), no qual, de um lado, os acadêmicos questionam o motivo dos

policiais ignorarem os resultados dos estudos desenvolvidos e, de outro, os policiais indagarem a utilidade prática e linguagem das pesquisas desenvolvidas. Vale dizer, muitas vezes a relação pode ser vista como um diálogo na qual ambas as partes não escutam o que a outra tem a dizer.

O “diálogo de surdos”, entretanto, é um problema que transcende a relação entre policiais e acadêmicos, sendo de fato bem mais amplo. Entre a comunidade científica, particularmente de gestão pública, há muita preocupação sobre a pouca valorização e uso de publicações acadêmicas por parte de profissionais e agentes públicos. Argumenta-se que pesquisadores priorizam conceitos teóricos em detrimento de implicações práticas de suas teorias, tornando a pesquisa acadêmica pouco efetiva na abordagem dos grandes desafios do mundo real (Walker *et al.*, 2023). Embora o “diálogo de surdos” e suas consequências seja objeto de aprofundadas análises por parte de acadêmicos, a discussão sobre soluções para o problema parece ainda insuficiente (Ni; Liu, 2025).

Com o desiderato de potencializar parcerias entre as Polícias e as Universidades, o presente relato de experiência pretende apresentar um panorama do *Problem-Oriented Policing* (POP) e do *Evidence Based Policing* (EBP), em cotejo com experiências internacionais, como o College of Policing (Rogers; Pepper; Skilling, 2022), o Chicago Crime Lab (Cook *et al.*, 2014; Heller *et al.*, 2013; 2017) e o Cambridge Centre for Evidence-Based Policing (Piquero; Sherman, 2025). Em seguida, no contexto pátrio, objetivando relatar possibilidades que permitem a extração de melhores resultados desse relacionamento, serão analisados o convênio FGV *Analytics* e a Assessoria de Estudos e Pesquisas em Segurança Pública (ASSESP/SSP-SP). O estudo será feito com vistas à transição da pesquisa sobre a polícia para a pesquisa com a polícia (Goode; Lumsden, 2018), valorizando tanto os acadêmicos (Braga, 2016; Keay; Kirby, 2018), como a produção de conhecimento orientado a problemas.

1.2 PERCURSO METODOLÓGICO, FONTES E POSIÇÃO DOS AUTORES

O presente artigo configura-se como um relato de experiência de cunho analítico, estruturado a partir de revisão narrativa da literatura e de análise documental. A revisão narrativa orienta a construção do referencial conceitual — centrado nos paradigmas da

pesquisa engajada, do Problem-Oriented Policing e do Evidence-Based Policing —, enquanto a análise documental sustenta a descrição e a interpretação das experiências institucionais examinadas. Nesse sentido, o trabalho assume também características de estudo de caso institucional, sem, contudo, seguir os protocolos formais desse desenho metodológico. O objetivo central é analisar de que modo parcerias entre universidades, órgãos de segurança pública e instituições de fomento podem contribuir para a produção de conhecimento aplicado, tendo como modelo a experiência do FGV *Analytics* e da ASSESP.

As fontes documentais mobilizadas compreendem: o termo de cooperação que instituiu o FGV *Analytics* e seus aditivos; atas e registros do Comitê Executivo da parceria; documentação dos subprojetos em desenvolvimento, incluindo relatórios parciais e sínteses temáticas; atos normativos relativos à criação da Assessoria de Estudos e Pesquisas em Segurança Pública (ASSESP/SSP-SP); e materiais públicos ou institucionais relacionados às experiências internacionais utilizadas como contraponto analítico, como o College of Policing, o Chicago Crime Lab e o Cambridge Centre for Evidence-Based Policing. A literatura consultada foi selecionada por pertinência temática, priorizando publicações que articulam pesquisa empírica e debate aplicado sobre a relação entre academia e organizações policiais.

A seleção dos dois casos analisados — FGV *Analytics* e ASSESP — é intencional e não tem pretensão de representatividade estatística nem de generalização para o conjunto das instituições policiais brasileiras. Ambos foram escolhidos por sua capacidade de ilustrar mecanismos concretos de aproximação entre pesquisa científica orientada a problemas e gestão pública de segurança. O FGV *Analytics* é representativo de um arranjo tripartite — universidade, órgão público e agência de fomento — voltado ao enfrentamento de problemas complexos de segurança por meio de pesquisa aplicada. A ASSESP, por sua vez, representa uma iniciativa recente de institucionalização, no âmbito da gestão estadual, de um ponto focal dedicado à interlocução entre pesquisadores e órgãos policiais, com foco na produção e promoção de evidências para apoio ao processo decisório.

Os autores possuem inserção institucional direta na experiência relatada, o que confere acesso privilegiado à descrição dos processos, fluxos de trabalho e desafios do arranjo analisado. Essa proximidade, contudo, impõe limites interpretativos que não devem ser subestimados: há risco de viés decorrente do envolvimento com o

objeto. Para mitigar esse risco, o relato é sistematicamente confrontado com a literatura especializada, busca apresentar limites e resultados parciais observáveis — e não apenas potencialidades — e evita atribuir causalidade ou eficácia conclusiva a iniciativas que se encontram em desenvolvimento. A posição dos autores é, portanto, assumida como condição de possibilidade do relato, e não como garantia de sua objetividade.

2 DESENVOLVIMENTO

A consolidação de práticas de policiamento baseadas em evidências empíricas e orientadas à resolução de problemas impulsionou uma reconfiguração no relacionamento entre as instituições policiais e a comunidade acadêmica. Esse movimento internacional, respaldado por paradigmas como o POP e o EBP, representa não apenas uma mudança metodológica, mas também uma reorientação institucional voltada à qualificação da ação policial por meio do uso sistemático de dados, da experimentação controlada e da avaliação rigorosa de intervenções.

Essa aproximação entre polícia e universidade procura superar o histórico distanciamento entre os saberes prático e acadêmico, muitas vezes traduzido em desconfiança mútua, linguagens divergentes e ausência de canais institucionais de diálogo (Bradley; Nixon, 2009; MacDonald, 1987). Ao reconhecer que a experiência prática dos profissionais de segurança pública e o conhecimento produzido em ambiente acadêmico são complementares, propõe-se um modelo de colaboração mais simétrico e voltado à geração de soluções aplicáveis e sustentáveis.

Nesse contexto, o presente desenvolvimento está estruturado em três eixos principais. O primeiro apresenta os fundamentos teóricos e operacionais da pesquisa engajada (Van de Ven *apud* Ni; Liu, 2025) do POP e do EBP, com base em experiências internacionais de referência. O segundo examina a experiência do convênio entre o FGV *Analytics*, destacando suas frentes de atuação, arranjos institucionais e produtos concretos. O terceiro analisa a criação e funcionamento da Assessoria de Estudos e Pesquisas em Segurança Pública (ASSESP), como ponto focal da interlocução com pesquisadores e Universidades no estado de São Paulo.

O objetivo é apontar que a articulação entre academia e polícia, quando bem desenhada institucionalmente e orientada por problemas concretos, permite avanços significativos tanto no campo da pesquisa aplicada quanto na efetividade das políticas públicas. Ao longo das seções seguintes, serão explorados exemplos práticos, marcos teóricos e desafios estruturais que ilustram esse processo de transição da pesquisa sobre a polícia para a pesquisa com a polícia (Goode; Lumsden, 2018).

2.1 PESQUISA ENGAJADA

A maioria dos periódicos científicos influentes exige ou recomenda que os autores apresentem implicações para a prática em seus artigos (Cordeiro; Parente, 2022), apesar de não haver evidências de sua efetividade. Bartunek e Rynes (2010), por exemplo, analisam seções sobre implicações para a prática em cinco periódicos de gestão influentes (de “primeira linha”), revelando que pouco mais da metade dos artigos apresentavam tais implicações. Ao aprofundar a análise usando um profissional do campo, constata-se que menos de 10% deles eram realmente úteis para sua prática.⁴ Embora o “diálogo de surdos” e suas consequências seja objeto de aprofundadas análises por parte de acadêmicos, a discussão sobre soluções para o problema parece ainda insuficiente (Ni; Liu, 2025). Há essencialmente três maneiras de enquadrar a lacuna entre teoria e prática (Van De Ven; Johnson, 2006).

Alguns reduzem o problema a uma questão de transferência de tecnologia, onde o conhecimento produzido pela academia é frequentemente perdido ou distorcido quando transferido para profissionais do campo por conta de seu desconhecimento da terminologia acadêmica. Esta interpretação incentiva os pesquisadores a melhorar suas práticas de comunicação com os profissionais para incorporar efetivamente conceitos teóricos e os sistemas de incentivos das universidades não deveriam contemplar apenas publicações em

4 https://us.sagepub.com/sites/default/files/upm-binaries/53679_Guidelines_for_Implications_for_Practice.pdf.

periódicos de primeira linha, mas também recompensar interações com profissionais e empresas (Frutos-Belizón; Martín-Alcázar; Sánchez-Gardey, 2021).

Uma segunda interpretação para o problema, rotulada de abordagem paralela, atribui as diferenças conceituais entre acadêmicos e profissionais do campo às suas distintas perspectivas ontológicas e epistemológicas. O Círculo Hermenêutico fornece uma estrutura conceitual para a compreensão de como o conhecimento pode ser gerado, unindo esses elementos díspares. O conhecimento que transcende dicotomias ontológicas e epistemológicas pode ser gerado alternando entre contexto e conceitualização abstrata e utilizando tanto a investigação indutiva quanto a dedutiva. No fim das contas, o problema não é desenvolver mecanismos mais eficazes para “transferir” conhecimento de acadêmicos para profissionais. Em vez disso, a questão reside nas práticas do processo de investigação (Aram; Salipante, 2003), desenvolvendo conexões relacionais entre acadêmicos e profissionais do campo (Bartunek, 2007).

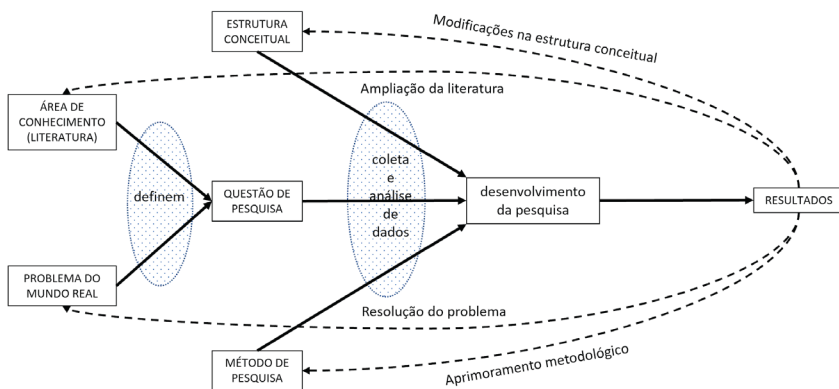
A terceira interpretação, conhecida por abordagem colaborativa, atribui a divisão ao fato de que o conhecimento produzido por acadêmicos é inadequado para compreender e tratar os desafios específicos e contextuais enfrentados pelos profissionais de campo (Van De Ven; Johnson, 2006). Trata-se de um problema de produção de conhecimento. Essa interpretação busca resolver as diferenças conceituais entre acadêmicos e profissionais na própria produção do conhecimento, eliminando assim problemas inerentes à transferência de conhecimento. Assim, Van De Ven (2007 *apud* Ni; Liu, 2025) defende uma pesquisa engajada e comprometida para obter uma colaboração robusta entre acadêmicos e profissionais ao longo do processo de pesquisa, incluindo o seu desenho, a construção da teoria, a formulação do problema e sua resolução.

Como Ni e Liu (2025) enfatizam, a administração pública não é uma forma de ciência. Mais abrangentemente, ela é multifacetada, juntando ciência, arte, uma profissão e uma forma de humanismo prático. Como ciência, é um esforço interdisciplinar. Como arte, trata da tomada de decisões para administrar uma comunidade política, de maneiras únicas, adaptando-se aos contextos únicos de diferentes países e jurisdições. Como profissão, o campo da administração pública elaborou, ao longo do tempo, conjuntos variados de códigos de comportamento e instituições para a reprodução e transmissão de

conhecimento. Como uma forma de humanismo, a administração pública trata da prática do raciocínio e do julgamento práticos para o progresso de valores (públicos), e participa e se inspira nas humanidades (Ongaro, 2022 *apud* Ni; Liu, 2025). A abordagem fornece pistas pragmáticas para preencher a lacuna entre a teoria e a prática. A divisão não se deve a diferenças conceituais entre acadêmicos e profissionais do campo, mas sim a diferenças no propósito perceptivo moldado por seu conhecimento e as possibilidades futuras que antecipam. Alinhar conceitos por si só é insuficiente para preencher essa lacuna. Como sugerido pela abordagem paralela antes mencionada, acadêmicos e profissionais desenvolvem sistemas conceituais distintos (Bartunek, 2007). A pesquisa engajada continua sendo a abordagem mais eficaz, não porque acadêmicos e profissionais estejam conceitualmente alinhados ao longo do processo de pesquisa, mas porque compartilham um propósito comum que estão dispostos a colocar em prática. Embora sempre haja variações em nossos conceitos, o que importa são os diferentes propósitos perceptivos que são moldados por esses conceitos (Ni; Liu, 2025).

Mathiasen (2017) oferece uma estrutura genérica de uma pesquisa engajada, apresentada na Figura 1.

Figura 1: Estrutura genérica de uma pesquisa engajada



Fonte: adaptado de Mathiasen (2017).

A questão de pesquisa é formulada com base em uma situação problema do mundo real e em uma área de conhecimento delimitada pela literatura. Responder à questão de pesquisa envolve coletar e analisar dados empíricos a partir de um método de pesquisa e de uma estrutura conceitual. Eventualmente o desenvolvimento da pesquisa gera resultados com contribuições para resolver o problema e para ampliar o conhecimento da área (literatura) e possivelmente para modificar a (ou propor uma nova) estrutura conceitual ou aprimoramentos nos métodos de pesquisa.

A característica-chave de uma pesquisa engajada é que ela se baseia nas perspectivas das principais partes interessadas em uma situação problemática do mundo real e visa desenvolver conhecimento que possa ajudar a resolvê-la. Os pesquisadores devem fundamentar o desenho de seu projeto de pesquisa, enunciando adequadamente o problema a resolver, definindo como eles pretendem assegurar o engajamento das partes interessadas relevantes, que tipos de dados estão facilmente disponíveis e como pretendem contribuir para a resolução do problema. Tais considerações fornecem indicações iniciais para caracterizar o projeto como de pesquisa básica informada (para descrever, explicar ou prever um fenômeno social), pesquisa avaliativa (para desenvolver conhecimento normativo sobre formulação e avaliação de políticas, estratégias, programas e modelos para resolver problemas práticos por profissionais) ou pesquisa-ação (para intervir e resolver um problema de um cliente específico a partir do qual o pesquisador objetiva contribuir para o conhecimento acadêmico) (Mathiassen, 2017).

2.2 PROBLEM-ORIENTED POLICING E EVIDENCE BASED POLICING: MARCOS DO ESTREITAMENTO DA RELAÇÃO ENTRE POLÍCIA, UNIVERSIDADES E A PESQUISA CIENTÍFICA

Do ponto de vista internacional, experiências policiais baseadas no *Evidence Based Policing* (EPB), desenvolvida por Sherman (1998), e no *Problem-Oriented Policing* (POP) desenvolvido por Goldstein (1979), estimularam a aproximação de pesquisadores e policiais com vistas a soluções de problemas de segurança pública. Em comum (Bullock *et al.*, 2022), tanto o EPB como o POP defendem a incorporação da ciência e pesquisa na prática policial em sociedades democráticas; buscam orientar como as polícias devem responder às demandas que

lhes são impostas, além de aplicar métodos rigorosos na condução da atividade policial, por meio da identificação de problemas e suas prioridades (*scanning* no POP e *tracking* no EPB), das intervenções que possam efetivamente enfrentar os desafios erigidos (*response* no POP e *targeting* no EBP), acompanhadas de uma avaliação rigorosa dos resultados (*assessment* no POP e *testing* no EBP).

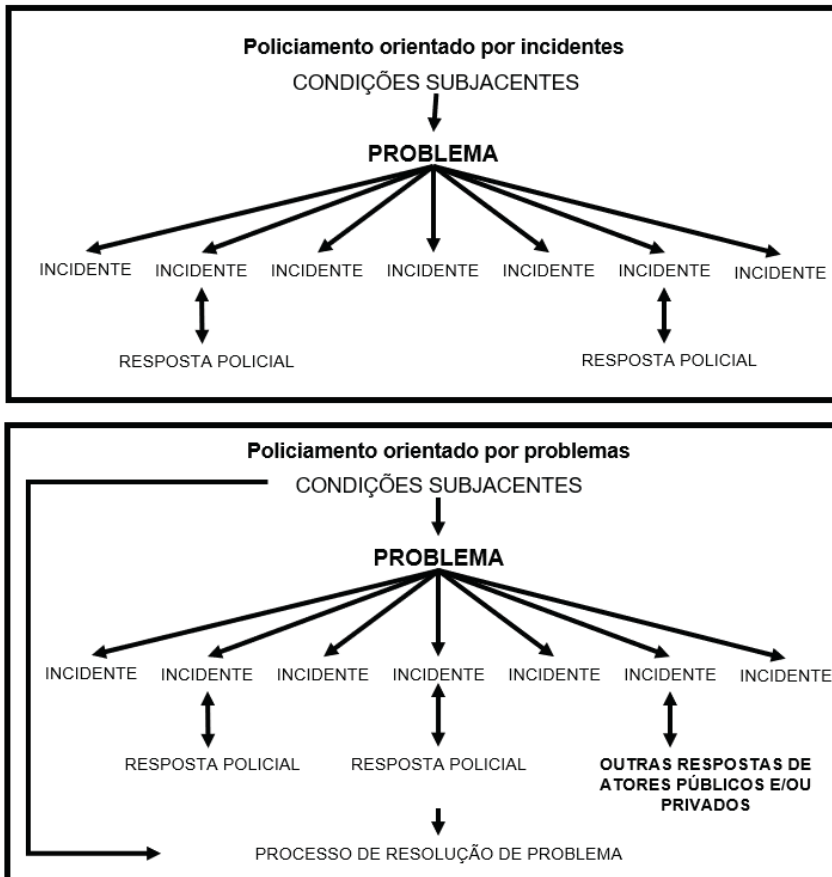
Tanto o POP como o EPB são considerados por alguns dois tipos de inovação policial, que se distinguem de outras formas de inovação policial, pois não consistem em táticas policiais específicas, nem em teorias criminológicas, pelo contrário, buscam ofertar um *framework* amplo de como as polícias poderiam atuar, com o desiderato de melhorar a efetividade, a eficiência e a equidade na atuação policial (Bullock *et al.*, 2022).

Como já destacado, o POP foi desenvolvido por Goldstein (1979), defendendo a superação da “síndrome dos meios sobre os fins”, política que prioriza metas secundárias, focada em procedimentos, equipamentos, organização e gestão interna. Posteriormente, Goldstein (2003) alertou que entre as barreiras da implementação do POP encontrava-se a falta de uma conexão acadêmica clara, sendo constatado que apenas uma percentagem pequena de estudos pesquisava problemas que as polícias enfrentam cotidianamente e, entre esses estudos, menos ainda focavam em estratégias para responder a esses problemas e, especificamente, na efetividade dessas estratégias.

Goldstein (1979) defende uma abordagem orientada para problemas, pressupondo a definição precisa dos problemas (em vez de categorias amplas como “desordem” ou “crime”), a pesquisa aprofundada dos problemas e a exploração ampla de alternativas. Essa abordagem foca na resolução de problemas concretos, gerando maior apoio e menos resistência na base.

Sintetizando a essência do POP, Braga (2008) explica que em vez de priorizar a atuação na resposta de incidentes individuais e repetitivos, busca-se aprofundar a abordagem visando solucionar os problemas recorrentes que geram as chamadas repetitivas, como ilustrado na Figura 2.

Figura 2: Policiamento baseado em incidentes *versus* policiamento baseado em problemas



Fonte: adaptado de Eck e Spelman, 1987 *apud* Braga (2008).

Como apresentado na Figura 2, é imprescindível destacar que o processo de solução de problemas pressupõe, além das intervenções policiais, a atuação de outros órgãos públicos e privados para seu sucesso.

Michael Scott afirma que a definição utilizada pelo Community Policing Consortium: “um problema é composto por dois ou mais incidentes, de natureza semelhante, que preocupam a polícia e o

público” (Scott, 2000, p. 47) corresponde, de modo geral, ao modelo proposto por Goldstein. Há ainda uma clivagem entre problemas de curto prazo e de longo prazo (Santos; Santos, 2011):

1. *Short-Term Problems*: os problemas de curto prazo ocorrem por diversos dias ou semanas e se subdividem em:
 - a. *Repeat incidentes*: aqui há chamados reiterados e respostas da polícia, de outras agências e da comunidade;
 - i. Desordens não criminais comuns, como problemas juvenis, batidas de trânsito ou mordidas de cachorro ou disputas interpessoais; e
 - ii. Crimes entre pessoas que se conhecem, como brigas em bares, violência doméstica e briga entre vizinhos.
 - b. *Patterns*: dois ou mais crimes que parecem estar relacionados por vítima, ofensor, localização ou propriedade, e tipicamente ocorrem por dias, semanas ou meses.
 - i. Foca em crimes que vítima e agressor não se conhecer (furto, roubo, furto de veículos, estupro);
 - ii. Utiliza estratégias tradicionais de redução de crimes (patrulhamento direto, contato de campo, contato da vítima e o ofensor conhecido diretamente).
2. *Long-Term Problems*: ocorrem por diversos meses, temporadas ou anos.
 - a. Requerem maior compreensão e análise, pois são influenciadas por uma gama de fatores e se subdividem em: “*problem locations*” (*risk facilities*), “*problem areas*” (*hot spots*), “*problem offenders*” (*repeat offenders*), “*problem victims*” (*repeat victims*), “*problem products*” (*hot products*), “*compound problems*”.

Estudo realizado em 2021, analisando o POP na Inglaterra e País de Gales, após mais de 40 anos do desenvolvimento da teoria por Goldstein, constatou que o modelo permanece popular, porém acabou atrelado, em grande parte, a equipes que realizam o policiamento comunitário, havendo dificuldades em sua difusão por toda a organização, o que afeta o potencial já comprovado de sua eficácia no enfrentamento de uma grande variedade de problemas policiais (Bullock *et al.*, 2022; Cordner; Biebel, 2005; Eck; Spelman, 1987).

Estudo capitaneado por Kara Brooks (2019) constatou a existência de um problema no Canadá face à falta de apoio às vítimas de agressão sexual durante o processo de investigação policial, problema este reconhecido pela organização policial e alvo de críticas públicas. A autora aplicando o POP propõe uma formação em cascata (na formação base de todos os policiais, nas unidades de crime e para os investigadores especializados), com ênfase na liderança da gestão (Brooks, 2019).

Já o EBP é uma abordagem que alia a pesquisa científica e a análise de dados para tomada de decisões no âmbito da segurança pública. Seus objetivos são otimizar a eficácia das ações policiais, reduzir a criminalidade e aumentar a confiança da comunidade.

Do ponto de vista internacional, o *College of Policing* no Reino Unido, criado em 2012, firmou-se como centro de identificação, desenvolvimento e promoção de boas práticas fundamentadas em evidências. Foi o resultado de uma pressão da Secretaria do Interior do Reino Unido em 2021 incentivando a Polícia Britânica a conduzir e publicar pesquisas, elevando a um patamar semelhante ao padrão científico da medicina (Sherman; Murray, 2015).

Um de seus principais marcos foi o desenvolvimento do *Crime Reduction Toolkit*, que compila informações detalhadas sobre a eficácia de diversas intervenções de prevenção ao crime, com dados sobre o impacto esperado, cursos associados e desafios na implementação. Outra atuação de relevo do *College of Policing* se relaciona com a formação de novos policiais, incorporando princípios do EBP nos programas de treinamento. Estudos indicam que pelo fato de influenciarem os gestores dos órgãos policiais, o *College of Policing* contribuiu para disseminação e adoção do EPB (Rogers; Pepper; Skilling, 2022).

Outros pontos de destaque do EBP são a transição na liderança de pesquisas, historicamente realizadas por cientistas sociais, para profissionais de polícia, tal como ocorre na medicina, onde os clínicos praticantes contribuem com a pesquisa – cirurgiões frequentemente são autores primários de artigos importantes, em coautoria com estatísticos – e a busca de qualificação profissional (Sherman; Murray, 2015).

Nesse sentido, as forças policiais precisam identificar recursos e melhorar o uso de pesquisas científicas, sendo de grande potencial a capacidades dos policiais integrarem a experiência profissional,

atuando como ‘pracademics’ (Braga, 2016; Keay; Kirby, 2018) – pessoas que são tanto pesquisadores acadêmicos como praticantes ativos em sua área de estudo. Destaca-se que o ensino de princípios de EBP tem o condão de gerar um maior número de práticas orientadas por dados e a identificação de questões-chave por meio de ferramentas analíticas, além da maior consciência sobre a necessidade de avaliação (Brown *et al.*, 2018), esta última cerne do EPB.

Outrossim, o apoio organizacional e dos gestores é um fator determinante na implementação do EPB, que não substitui a experiência e a prática profissional, mas complementa e apoia a atuação dos policiais (Wilkinson *et al.*, 2022). Pesquisa qualitativa realizada no Canadá constatou que os gestores policiais em cargos de liderança consideram o processo de decisão baseado em evidências mais condizente com práticas empresariais e a polícia no século XXI, capaz de gerar, ainda que não totalmente consolidada, uma mudança na cultura policial, sendo essencial nos quadros de comando e especialmente no planejamento estratégico (Huey *et al.*, 2018).

Embora oficiais que ocupem cargos de gestão acreditem que a experiência pessoal deva ter um papel mais importante do que o conhecimento científico na tomada de decisões diárias, também reconhecem que a colaboração com pesquisadores é necessária para a agência policial aumentar sua capacidade de reduzir crimes – o que gera um ensinamento para os acadêmicos: a colaboração com órgãos policiais tende a ser mais bem sucedida quando a experiência dos oficiais é levada em consideração e sopesada no *design* e na implementação da intervenção (Telep; Lum, 2014; Toch; Grant; Galvin, 1974).

Deve-se atentar que a boa evidência não é por si só suficiente para alcançar o escopo do EBP, a evidência precisa sair da zona de conforto do domínio dos *peer-reviewed journals*. Segundo Nutley, Walter e Davies (2007), é necessário que a evidência se faça acessível em um mundo muito mais saturado, se despojado de sua roupagem acadêmica, já que pesquisas internacionais apontam que revistas acadêmicas por pares raramente são utilizadas por profissionais (apenas 34,1% de utilização), que dão preferência a revistas profissionais (publicações e guias da *International Association of Chiefs of Police* – IACP – são utilizadas por 71,3% e do National Institute of Justice, 58,7%).

Outras experiências ganham relevo no plano internacional. Nos Estados Unidos, há a experiência do *University of Chicago Crime Lab*,

instituição de pesquisa que tem objetivo de projetar, aplicar e escalar inovações baseadas em análise de dados para melhorar as políticas públicas destinadas ao enfrentamento da violência com arma de fogo e do sistema de justiça criminal norteamericano. O Laboratório ainda atua no aprimoramento de treinamento de oficiais, com o desiderato de fortalecer a gestão dos órgãos policiais e estreitar os laços de confiança na comunidade. Em maio de 2023, foi lançado o *Policing Leadership Academy* (PLA), destinado a treinar os gestores e líderes policiais que trabalham nos bairros mais violentos. O currículo, com duração de cinco meses, oferece treinamento em gestão baseada em dados, redução da violência e fortalecimento da confiança comunitária.

Outra iniciativa do *University of Chicago Crime Lab* foi a criação do *Violence Reduction Dashboard* (VRD), uma ferramenta pública de análise e visualização de dados, que confere transparência e acessibilidade praticamente em tempo real de dados sobre crimes violentos na cidade de Chicago. Também merece atenção o Programa *Becoming a Man* (BAM) que, baseado na ciência comportamental, auxilia jovens a lidar com situações de alto risco. Trata-se de um programa escolar semanal que ajuda jovens a reconhecer suas respostas automáticas e a acalmar seus pensamentos em momentos críticos. De 2013 a 2015 o programa reduziu em 45% as prisões de jovens por crimes violentos e aumentou em 19% a taxa de conclusão do ensino médio no tempo adequado (Cook *et al.*, 2014; Heller *et al.*, 2013; 2017).

No Reino Unido, o *Cambridge Centre for Evidence-Based Policing* tem por objetivo promover o EBP, atrelando o rigor científico à prática policial. As atividades desenvolvidas estão relacionadas às seguintes áreas: cursos e treinamentos, que objetivam capacitar profissionais das forças de segurança para implementar o EBP de forma eficaz; pesquisas, com destaque a artigo que analisou 4,3 milhões de *stop and search by police* de 2008 a 2023 em Londres, que sugeriram que o aumento das abordagens pode diminuir de forma significativa ataques de armas brancas em locais públicos, segundo Piquero e Sherman (2025); consultoria, prestada a diversas agências policiais; e colaboração internacional.

Estudos apontam que a qualidade da gestão dos órgãos policiais constitui uma variante determinante para compreender e melhorar o desempenho das organizações policiais. Baseado em sólida literatura de gestão do setor privado, que aponta que as melhorias na gestão

da empresa podem melhorar sua produtividade, Kapustin; Neumann; Ludwig (2022) discutiram a natural hipótese de que a gestão também é importante para o setor público, incluindo a segurança pública, defendendo que a melhoria e qualificação da gestão policial tem o condão de influenciar de forma significativa a produtividade e efetividade do policiamento.

2.3 FGVANALYTICS: FRENTES E POSSIBILIDADES

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), em 2019, realizou uma chamada de propostas para o estabelecimento de Núcleos de Pesquisa Orientada a Problemas em São Paulo (NPOP-SP) do Programa Ciência para o Desenvolvimento, que pressupõe a colaboração de Instituições de Ensino superior e órgãos de governo. O objetivo foi buscar projetos de pesquisa, de médio a longo prazo, competitivos do ponto de vista internacional, com vistas à criação de políticas públicas eficazes. No eixo de “Cidades Inteligentes e Segurança Pública”, está em vigor o Termo de Cooperação entre Fundação Getúlio Vargas (FGV), por intermédio da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (FGV EAESP), a Secretaria de Segurança Pública (SSP), a Universidade de São Paulo (USP), via Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). O prazo de vigência do ajuste é de 60 (sessenta) meses.

O termo criou um arranjo inovador na cooperação entre Estado, academia e instituições de fomento, conectando a pesquisa aplicada e a Segurança Pública. O potencial do termo de cooperação reside na combinação de produção conjunta de conhecimentos, acesso a dados e informações operacionais da Secretaria de Segurança Pública, com integração de base de dados para análise e formulação de políticas públicas.

No bojo da cooperação, com o fito de delimitar temas prioritários, foram realizados dois *workshops* de apresentação de problemas enfrentados pela Secretaria de Segurança Pública aos pesquisadores da FGV *Analytics*. Esses encontros funcionaram como espaços de diálogo e debate, favorecendo a troca direta de conhecimentos, experiências e perspectivas entre a Secretaria e os pesquisadores. A interação proporcionada pelos *workshops* resultou em diversas vantagens para a parceria, como a melhor compreensão dos desafios concretos da

política de segurança, o alinhamento mais preciso entre as demandas institucionais e as linhas de pesquisa, o surgimento de ideias para abordagem dos problemas e o fortalecimento do compromisso conjunto com os resultados. Para garantir o acompanhamento contínuo e a efetividade das ações, são realizadas reuniões mensais do Comitê Executivo, responsável por monitorar o progresso das pesquisas, avaliar entregas parciais e promover ajustes de percurso.

Nesse contexto, foram definidos como eixos temáticos a violência nas escolas, a violência contra a mulher, a perturbação de sossego e os “pancadões”, as cenas abertas de uso de drogas, a plataforma geoespacial de dados, as carreiras criminais, a construção de política pública e a percepção de segurança. Dentre as iniciativas, alguns projetos ganham especial relevo face aos avanços realizados ou quanto à profundidade metodológica da pesquisa em curso.

O primeiro se dedica à análise das cenas abertas de uso de drogas, com foco na cracolândia no centro de São Paulo. O projeto avançou em duas frentes, por um lado, investiga o impacto socioeconômico e territorial desses espaços, buscando compreender sua dinâmica urbana e por outro busca desenvolver formas automatizadas de monitoramento com uso de *drones* e algoritmos de inteligência artificial. A expectativa é que a combinação de ambas propicie dados mais precisos sobre padrões de consumo de drogas e de circulação de pessoas. Os resultados subsidiarão políticas públicas de saúde e segurança pública, com potencial de aproveitar tanto os dados, quanto o sistema desenvolvido para outras temáticas.

Outro subprojeto teve como foco a violência em contexto escolar. Com o objetivo de sistematizar as diferentes manifestações desse fenômeno no Brasil, a equipe, a partir da análise de dados da Pesquisa Nacional de Saúde Escolar (PeNSE 2019) e de levantamentos preliminares no estado de São Paulo, estruturou um *framework* teórico sobre a temática, considerando o *gap* existente na literatura nacional e internacional de estudo sistemático com base em dados.

Na esfera de proteção de grupos vulneráveis, ganha relevo o projeto sobre violência contra a mulher, cujo objetivo é construir um índice de subnotificação. Com base em modelos estatísticos que integram registros policiais, dados de saúde e características dos municípios, o estudo busca estimar a variação espaço-temporal dessa subnotificação. Conveniente apontar, nessa seara, que, no Estado de São Paulo, o Programa SP Mulher da Secretaria de Segurança Pública

historicamente já vem desenvolvendo práticas que são recomendadas pela literatura (Brooks, 2019), com a inclusão de disciplinas específicas sobre a violência contra a mulher nos cursos de formação e aperfeiçoamento dos policiais civis, além da criação e expansão das Delegacias de Polícia de Defesa da Mulher e das Salas Lilás, bem como criação da Assessoria de Defesa da Mulher no âmbito da Delegacia Geral de Polícia, e a criação da Cabine Lilás para atendimento especializado nos chamados 190 da Polícia Militar.

Ainda no plano urbano, o subprojeto que estuda os “pancadões”, eventos de grande aglomeração promovidos digitalmente e sem autorização, apresentou resultados consideráveis. A análise preliminar indica que, mesmo após a pandemia, os registros relacionados a esses eventos não retornaram aos patamares anteriores. A pesquisa estruturou um *framework* teórico que identifica os elementos centrais dos “pancadões” — o “o quê”, o “quem” e o “quando” —, visando orientar tanto intervenções policiais quanto políticas preventivas para mitigar os impactos negativos na vida comunitária.

No tocante ao projeto de plataforma geoespacial de dados, houve avanço em duas frentes: a primeira integrou dados de mercado imobiliário (IPTU e ITBI) com dinâmicas urbanas e ações institucionais, a segunda procedeu ao georreferenciamento e análise estatística de roubos com base em boletins de ocorrência, explorando padrões espaciais e temporais para subsidiar políticas de segurança pública.

No campo da criminologia teórica, o subprojeto sobre carreiras criminais emprega modelos matemáticos de contágio social, baseados em coeficientes de *Lyapunov*, para compreender a reincidência e a progressão criminal. A inovação metodológica desse estudo reside na articulação entre modelagem matemática e fenômenos criminais complexos, oferecendo contribuições originais à criminologia contemporânea. O subprojeto está em fase final de aplicação do modelo teórico às evidências empíricas da SSP.

O subprojeto dedicado à percepção de segurança explora fatores associados à sensação de insegurança em São Paulo e em capitais brasileiras, com base na PNAD Contínua (2021/4). Em fase de redação de artigo, a equipe trabalha em três eixos centrais: a identificação de fatores sociodemográficos e experiências de vitimização correlacionadas ao medo da violência; a análise das modalidades criminais que mais

geram insegurança nos grandes centros urbanos; e a formulação de uma agenda para a criação de um sistema de informações capaz de captar as múltiplas dimensões da insegurança subjetiva no Brasil.

A diversidade temática dos projetos demonstra a amplitude dos desafios contemporâneos, enquanto a sofisticação metodológica reforça o potencial de inovação científica e institucional do FGV *Analytics*. Observa-se que os projetos desenvolvidos pelo FGV *Analytics* demonstram um alinhamento com os princípios e práticas do POP e do EBP, no qual a análise de dados e pesquisas científicas são utilizados para aprimorar políticas públicas de segurança. Além disso, muitas das análises realizadas pressupõem que o processo de efetiva e duradoura compreensão e solução dos problemas demanda a análise de diferentes bases de dados, bem como intervenções realizadas por outros órgãos, sejam governamentais ou privados (Braga, 2008).

Por fim, ainda há a concessão de bolsas de estudos de pós-graduação, mestrado e doutorado para policiais civis e militares. Essa estratégia, além de contribuir para formação dos chamados “pracadêmicos” — profissionais que aliam a prática policial, com sólida formação acadêmica, capazes de transitar entre os mundos da pesquisa e da aplicação prática na segurança pública, é vista como uma das mais eficazes para que os policiais adquiram habilidades aprofundadas de métodos de investigação quantitativos e qualitativos, análise de dados e teorias para interpretação dos dados (Huey *et al.*, 2018), fundamentais para a prática do POP e do EPB.

2.4 ASSESSORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS EM SEGURANÇA PÚBLICA - ASSESP

Em maio de 2025 foi criada na estrutura da Secretaria de Segurança de Pública do Estado de São Paulo (SSP-SP) a Assessoria de Estudos e Pesquisas em Segurança Pública, com a atribuição de coordenar e promover a realização de estudos e pesquisas científicas sobre temas relevantes para a segurança pública; desenvolver projetos de pesquisa em colaboração com instituições acadêmicas, centros de pesquisa e organizações da sociedade civil, promovendo o intercâmbio de conhecimento e práticas inovadoras na área de segurança pública; manter banco de dados atualizado sobre estudos, pesquisas, programas e iniciativas em segurança pública, visando facilitar o acesso à informação e o desenvolvimento de novas iniciativas (São Paulo, 2025).

Rememora-se que a literatura aponta algumas formas de agregar maior rigor acadêmico na realização de pesquisas envolvendo a atuação das polícias (Huey *et al.*, 2018), como a contratação de analistas específicos (que esbarra na questão do grande número necessário para satisfazer as exigências), ou a iniciativa própria de gestores sêniores em relação a projetos específicos, a qual pode ficar dispersa sem o apoio institucional ou dispersa em locais isolados da corporação. Em relação aos analistas, destaca-se que há experiências díspares entre sua aceitação entre diferentes órgãos policiais. Em pesquisa realizada nos Estados Unidos (Telep; Lum, 2014), em algumas agências policiais a maior parte dos oficiais (62,2%) não utilizava os materiais por eles produzidos e, em outra que estava em processo de contratação de um analista, os oficiais (80,9%) planejavam utilizar o material com frequência.

Nesse sentido, a existência de assessoria dentro da estrutura da Secretaria de Segurança Pública destinada a funcionar como ponto focal do diálogo entre a Polícia e os pesquisadores tem o condão de potencializar esse relacionamento por: (i) propiciar melhor escolha e recorte de dados (o emaranhado de diferentes penais e leis extravagantes pode gerar a extrações parciais ou que englobam situações fáticas distintas daquela objeto de estudo); (ii) propiciar melhor análise dos dados; (iii) terem conhecimento sobre o contexto fático relativo aos fatos que serão registrados em boletins de ocorrência; (iv) terem conhecimento específico de como os boletins de ocorrência são lavrados, a fim de melhor subsidiar a interpretação de suas informações; (v) atuar como ponto de interlocução entre os pesquisadores e a gestão superior das Polícias; (vi) diminuir eventual estigma que a Polícia pode ter em relação a estudos e pesquisas acadêmicas; (vii) diminuir eventual estigma que a Universidade pode ter em relação ao conhecimento policial; (viii) estimular policiais atuarem como “pracadêmicos”, alinhando a atuação profissional com o interesse acadêmico; (ix) informar em linguagem não acadêmica os resultados para os policiais que atuam na base.

Esse modelo se baseia em estudos que apontam que o desenvolvimento de pesquisas mais robustas voltadas para formulação e avaliação de políticas, o mais adequado é o de colaboração entre polícia e academia, ou a participação de “pracadêmicos” (Brown *et al.*, 2018), pois é exceção a existência de policiais com doutorado desenvolvendo pesquisas (Laycock, 2014) – assim como é exceção o

número de médicos que têm doutorado e atuam ativamente com a produção de conhecimento científico. Assim, questões complexas que demandam maior sofisticação na pesquisa são objeto de atuação no âmbito estadual (no caso, pela Assessoria de Estudos e Pesquisas), enquanto demandas locais, no cotidiano, são resolvidas pelos policiais operacionais (Tilley; Laycock, 2013).

Além disso, considera que a atuação policial, em determinados casos, não tem condição de esperar pelos resultados de um RCT (*Randomized Controlled Trial*), muito embora os policiais tenham acesso a conhecimentos empíricos que podem contribuir para a definição de problemas e soluções (Fleming; Rhodes, 2018).

Por fim, em famoso artigo, Bradley e Nixon (2009) retratam o “diálogo de surdos” que historicamente tem caracterizado a relação entre pesquisadores e policiais, no qual os acadêmicos questionam porque os policiais ignoram os resultados dos estudos e os policiais indagam a utilidade prática e linguagem das pesquisas desenvolvidas. Em alternativa à tradição de pesquisa policial crítica (formada principalmente por cientistas políticos, historiadores e sociológicos, que estudam a polícia à distância, quase sempre encontrando falhas na atuação policial) e da tradição do EPB (que pode ser criticada pelo descompasso entre investimentos realizados e retorno gerado, muitas vezes causado por projetos idealizados de forma apressada e necessidade de melhor treinamento para aplicação por parte das forças policiais, citando Bullock e Tilley (2012), os autores defendem uma nova abordagem baseada em parcerias colaborativas entre a polícia e o sistema universitário, o que pressupõe que pesquisas levem em consideração a perspectiva dos profissionais de segurança pública, que o conhecimento adquirido pelos profissionais dos órgãos de segurança, por meio de seu engajamento diário, e formulação de soluções práticas, que formam um conhecimento tácito, fundamentada em aprendizagens profundas baseada na experiência de múltiplos casos (Bradley; Nixon, 2009), resultando na valorização da interação de pesquisadores com todos os policiais (desde os que atuam na rua até os que atuam nos postos de comando e direção), a fim de se identificar melhor qual tipo de informações eles precisam (Buerger, 2010).

Nesse modelo de interação entre academia a polícia, evita-se uma abordagem de cima para baixo, onde os pesquisadores são vistos como especialistas que entregam o conhecimento a gestores para implementação (Bradley; Nixon, 2009) – e acrescenta-se que

também é importante a visão por parte dos gestores e dos policiais de que a academia e as universidades podem ser aliadas à melhoria da segurança pública e das próprias instituições policiais.

2.5 RESULTADOS DA PARCERIA FGV ANALYTICS – SSP-SP

A parceria produziu um conjunto expressivo de resultados institucionais, científicos e de cooperação internacional, documentados no Relatório Científico Executivo submetido à Fapesp em 2026 (EAESP-FGV, 2026b).

No plano da integração institucional, destacam-se três iniciativas de aproximação direta entre pesquisadores e a gestão pública: o Workshop de construção colaborativa de agendas de pesquisa (agosto de 2025), a visita técnica ao Centro Integrado de Operações Coordenadas (CICC/SP, outubro de 2025) e as visitas ao Copom e ao DHPP (novembro de 2025). Essas atividades permitiram o contato direto com fluxos operacionais, ferramentas tecnológicas e desafios das forças de segurança, traduzindo demandas práticas em projetos científicos aplicados.

No plano da difusão científica nacional e internacional, realizaram-se três eventos de relevância: a Semana Acadêmica Internacional do FGV *Analytics* (novembro de 2025), com abertura pelo Secretário de Segurança Pública e participação do Conselho Consultivo Internacional — composto por especialistas de George Mason University, University College of London (UCL) e Instituto Sou da Paz —; o Seminário Internacional “Crime, Território e Mercados Ilícitos” (novembro de 2025), reunindo membros do Ministério Público, gestores públicos e pesquisadores renomados, com cerca de 180 participantes; e o evento “Aspectos da Violência contra as Mulheres” (dezembro de 2025), voltado à integração entre evidências científicas e políticas de enfrentamento à violência de gênero (EAESP-FGV, 2026a).

Já no plano da internacionalização, os subprojetos desenvolvidos foram apresentados em três conferências internacionais de referência: o Eurocrim 2025, com contribuições nas temáticas de eventos não autorizados, conhecidos como “pancadões”; a Balas Conference 2026, em que foi apresentada uma metodologia para a estimação de população flutuante para uma de plataforma geoespacialização de crimes; e o 41º Colóquio do Egos, em que foi apresentado trabalho sobre violência escolar (EAESP-FGV, 2026b).

No âmbito da capacitação e formação acadêmica dos servidores da Secretaria da Segurança Pública foram contemplados 22 profissionais vinculados às instituições policiais, sendo 17 em cursos de Mestrado Profissional em Gestão e Políticas Públicas, 1 servidor em curso de Doutorado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e 4 servidores em cursos de MBA em Gestão, o que reforça o compromisso institucional com o aprimoramento técnico-científico dos agentes públicos e com o fortalecimento da integração entre pesquisa aplicada, gestão pública e segurança pública baseada em evidências. Reforça-se que os teses, dissertações e trabalhos de conclusão de cursos desses profissionais são orientados a problemas da Secretaria de Segurança Pública, ou das próprias instituições.

Por fim, o Conselho Consultivo Internacional reconheceu explicitamente o papel estratégico da Assessoria de Estudos e Pesquisas (ASSESP/SSP-SP) como elo entre a produção acadêmica e a atuação operacional, destacando sua função de articulação entre a alta gestão das polícias e as universidades e organizações da sociedade civil (EAESP-FGV, 2026b).

3 DISCUSSÃO: POSSIBILIDADES E LIMITES DA PARCERIA ACADEMIA-POLÍCIA NO CONTEXTO BRASILEIRO

A experiência relatada nas seções anteriores permite avançar algumas reflexões sobre as condições de possibilidade e os limites estruturais da aproximação entre universidades e órgãos policiais no Brasil. Os resultados documentados no Relatório Científico Executivo submetido à Fapesp em 2026 oferecem evidências concretas de que o arranjo institucional examinado produziu avanços mensuráveis — na integração entre pesquisadores e gestores, na difusão científica nacional e internacional, na formação de profissionais de segurança pública e no reconhecimento externo do papel mediador da ASSESP. Esses resultados, contudo, não devem ser lidos como confirmação de um modelo pronto e replicável, mas como indícios de que certas condições institucionais — quando deliberadamente construídas — são capazes de reduzir as distâncias históricas entre academia e polícia. Se os modelos internacionais examinados oferecem referências relevantes, sua transposição para o contexto brasileiro exige cautela analítica, pois esses arranjos se desenvolveram em ambientes institucionais substancialmente distintos, e ignorar essa diferença significaria tratar

como técnico um problema que é, em larga medida, cultural, jurídico e organizacional.

No Brasil, a relação entre pesquisa científica e segurança pública é atravessada por fatores que condicionam tanto as possibilidades quanto os limites da colaboração. Entre eles, destacam-se a fragmentação federativa da segurança pública (que distribui competências entre União, estados e municípios sem uma coordenação nacional consolidada), a divisão estrutural entre polícias civis e militares, com culturas organizacionais e lógicas de funcionamento distintas, a sensibilidade dos dados criminais e operacionais, os deveres impostos pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e a própria apropriação dos resultados policiais como dividendos eleitorais. Some-se a isso o fato de que, por razões históricas e políticas, parte das instituições policiais brasileiras manifesta reservas ao escrutínio externo que a pesquisa acadêmica independente frequentemente representa — reservas que o conceito de “diálogo de surdos” não esgota completamente.

A experiência do FGV *Analytics* e da Assessoria de Estudos e Pesquisas (ASSESP) da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo sugere que estruturas internas especializadas podem atuar como instâncias qualificadas de mediação entre pesquisadores externos e órgãos de segurança, compatibilizando demandas científicas com deveres legais de sigilo, proteção de dados e preservação institucional. Nesse sentido, é ilustrativo que o próprio Conselho Consultivo Internacional — composto por especialistas de George Mason University, UCL e Instituto Sou da Paz — tenha reconhecido explicitamente o papel estratégico da ASSESP como elo entre produção acadêmica e atuação operacional. Esse reconhecimento externo sugere que a função mediadora não é apenas uma solução administrativa local, mas corresponde a uma lacuna identificada também por observadores internacionais experientes no campo. Por integrar profissionais com experiência policial e formação acadêmica (os chamados “pracadêmicos”), a ASSESP está em posição de contribuir para o tratamento prévio das informações, mediante procedimentos de anonimização, agregação e desenvolvimento de aplicações específicas voltadas às demandas de pesquisa, observados os limites legais aplicáveis. Igualmente relevante é o papel de contextualização: a interação entre pesquisadores policiais e acadêmicos permite qualificar as solicitações de dados, evitando extrações inadequadas, interpretações equivocadas de tipificações jurídicas e análises destoantes das condições concretas de produção dos registros.

Cabe reconhecer, contudo, que esse modelo não elimina tensões. Temas mais sensíveis, como discriminação racial nas abordagens policiais ou limites ao uso da força, podem encontrar resistências institucionais que restringem o escopo das pesquisas colaborativas. Esse é um limite real do arranjo examinado e sua problematização é necessária para que a parceria não se configure numa lógica em que a universidade funcione como mera prestadora de serviços de pesquisa, com atuação restrita à agenda definida pelas instituições policiais. A superação desse risco depende menos de uma solução técnica do que de um compromisso político e institucional com a autonomia acadêmica, que precisa ser preservada mesmo, e especialmente, nos arranjos colaborativos.

A experiência analisada também permite iluminar uma distinção conceitual relevante para o debate mais amplo: a diferença entre produzir conhecimento para a segurança pública e produzir conhecimento sobre ela. O núcleo de estudos orientado a problemas foi constituído para desenvolver conhecimento aplicado ao apoio do processo decisório, à qualificação da gestão e ao enfrentamento de problemas concretos. A concessão de 22 bolsas de pós-graduação e MBA a profissionais da SSP-SP é expressiva dessa orientação: trata-se de um investimento deliberado na formação de agentes capazes de transitar entre a prática policial e a produção científica, reduzindo estruturalmente a distância entre os dois mundos. Isso não exclui a possibilidade de produção de conhecimento crítico sobre instituições, práticas e políticas, mas esclarece que esse não é o foco principal da parceria. Essa distinção não é apenas semântica, pois define agendas de pesquisa, delimita expectativas institucionais e orienta o tipo de relação que se estabelece entre pesquisadores e gestores. Reconhecê-la abertamente é, em si, um gesto de rigor — e uma condição para que a parceria seja sustentável e intelectualmente honesta.

O que a experiência do FGV *Analytics* e da ASSESP revela, em síntese, é que a aproximação entre academia e polícia no Brasil é viável, mas exige desenho institucional cuidadoso, clareza sobre os papéis de cada parte e disposição para lidar com os limites do arranjo sem romantizá-los. A apresentação dos subprojetos em conferências internacionais de referência — Eurocrim, Balas Conference e Egos — e a realização de eventos que reuniram gestores, pesquisadores e membros do Ministério Público indicam que a parceria avançou para além dos limites institucionais de origem, gerando interlocução

mais ampla com a comunidade científica e com atores do sistema de justiça. Parcerias colaborativas orientadas a problemas concretos, fundamentadas em rigor metodológico e experiência profissional, têm potencial real de contribuir para políticas públicas mais eficazes e equitativas — desde que a autonomia acadêmica e a reflexão crítica não sejam sacrificadas em nome da proximidade institucional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida evidencia como o POP e o EBP constituem paradigmas centrais na aproximação entre polícia e comunidade acadêmica, representando alternativas metodológicas capazes de aprimorar a efetividade, a eficiência e a equidade na segurança pública (Bullock *et al.*, 2022; Goldstein, 1979; 1990; 2003; Sherman, 1998). Apesar dos avanços, persistem obstáculos estruturais e culturais para sua plena implementação, como a ausência de conexão acadêmica clara entre pesquisas e problemas enfrentados pelas polícias (Goldstein, 2003), a dificuldade de disseminação dos modelos para toda a organização policial (Bullock *et al.*, 2022; Cordero; Biebel, 2005; Eck; Spelman, 1987) e a distância entre a produção científica e sua utilização prática (Nutley; Walter; Davies, 2007).

Experiências internacionais, como o College of Policing (Rogers; Pepper; Skilling, 2022; Sherman; Murray, 2015), o Chicago Crime Lab (Cook *et al.*, 2014; Heller *et al.*, 2013; 2017) e o Cambridge Centre for Evidence-Based Policing (Piquero; Sherman, 2025), demonstram o potencial da integração entre ciência e prática, sobretudo quando vinculadas à gestão e à formação profissional. No Brasil, iniciativas como o convênio FGV *Analytics* e a criação da Assessoria de Estudos e Pesquisas (ASSESP/SSP-SP) revelam arranjos institucionais inovadores para fortalecer a produção de conhecimento aplicado, bem como a formação de “pracadêmicos” (Braga, 2016; Keay; Kirby, 2018).

A experiência do FGV *Analytics* não soluciona questões históricas no contexto pátrio, como dificuldades de acesso a dados sob sigilo e resistências das polícias ao escrutínio externo, porém simboliza grande avanço em relação à cultura do “diálogo de surdos” (Bradley; Nixon, 2009; MacDonald, 1987), demonstrando a aproximação das polícias do estado de São Paulo com a Academia. A consolidação de parcerias colaborativas, baseadas na produção de conhecimento científico e também na valorização da experiência prática dos policiais

(Brown *et al.*, 2018; Huey *et al.*, 2018), pode indicar um ponto de aproximação entre dois ambientes historicamente afastados, com a proposta de complementar as pesquisas sobre a polícia com pesquisas com a polícia (Goode; Lumsden, 2018), o que a médio prazo pode ter o condão de arrefecer as resistências das polícias com as pesquisas acadêmicas. Reafirma-se que apenas a articulação entre academia e instituições policiais permitirá o avanço de políticas públicas mais eficazes e baseadas em evidências no campo da segurança pública contemporânea.

5 REFERÊNCIAS

ARAM, John D.; SALIPANTE, Paul F. Bridging scholarship in management: epistemological reflections. **British Journal of Management**, New Jersey, v. 14, n. 3, p. 189-205, 2003.

BARTUNEK, Jean M. Academic-practitioner collaboration need not require joint or relevant research: toward a relational scholarship of integration. **Academy of Management Journal**, New York, v. 50, n. 6, p. 1323-1333, 2007.

BARTUNEK, Jean M.; RYNES, Sara L. The construction and contributions of “implications for practice”: what’s in them and what might they offer? **Academy of Management Learning & Education**, New York, v. 9, n. 1, p. 100-117, 2010.

BRADLEY, David; NIXON, Christine. Ending the “dialogue of the deaf”: evidence and policing policies and practices. An Australian case study. **Police Practice and Research**, Oxfordshire, UK, v. 10, n. 5-6, p. 423-435, 2009.

BRAGA, Anthony Allan. **Problem-oriented policing and crime prevention**. 2. ed. Boulder, CO: Lynne Rienner Publishers, 2008.

BRAGA, Anthony A. The value of “pracademics” in enhancing crime analysis in police departments. **Policing**, Oxford, 2016. Disponível em: <https://scihub.box/10.1093/police/paw032>. Acesso em: 12 maio 2026.

BROOKS, Kara. **Increasing support for victims of sexual assault through the adoption of a victim-centered approach to police investigations**. 2019. Western University, 2019.

BROWN, Jennifer et al. Assessing transmission and translation of learning about evidence-based policing by graduate trainee police officers. **Policing: A Journal of Policy and Practice**, Oxford, 2018. Disponível em: <https://academic.oup.com/policing/advance-article/doi/10.1093/police/pay072/51110147>.

BUERGER, Michael E. Policing and research: two cultures separated by an almost-common language. **Police Practice and Research**, United Kingdom, v. 11, n. 2, p. 135-143, 2010.

BULLOCK, Karen et al. Police perceptions of problem-oriented policing and evidence-based policing: evidence from England and Wales. **Police Practice and Research**, Abingdon, Oxfordshire, v. 23, n. 6, p. 775-791, 2022.

BULLOCK, Karen; TILLEY, Nick (org.). **Crime reduction and problem-oriented policing**. London: Willan, 2012.

COOK, Philip J. et al. **The surprising efficacy of academic and behavioral intervention with disadvantaged youth: results from a randomized experiment in Chicago**. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research, 2014. Working Paper. Disponível em: <https://www.nber.org/papers/w19862>.

CORDEIRO, Rafaela Almeida; PARENTE, Tobias Coutinho. Editorial: advice for management researchers on discussing the implications of an article. **RAUSP Management Journal**, São Paulo, v. 57, n. 2, p. 106-110, 2022.

CORDNER, Gary; BIEBEL, Elizabeth Perkins. Problem-oriented policing in practice. [s. l.], v. 4, n. 2, p. 155-180, 2005.

ECK, J. E.; SPELMAN, W. **Problem-solving: problem-oriented policing in Newport News**. Washington, D.C.: U.S. Department of Justice, National Institute of Justice, 1987. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=xiV102WjjX0C>.

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO/EAESP – FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS/FGV. **FGV Analytics: Centro de Estudos em Analytics e Políticas de Segurança**. São Paulo, 2026a. Disponível em: <https://analytics.fgv.br/>.

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO/EAESP – FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS/FGV. **Relatório científico executivo: Centro de Estudos em Analytics e Políticas de Segurança – FGVanalytics**. São Paulo, 2026b.

FLEMING, Jenny; RHODES, Rod. Can experience be evidence? Craft knowledge and evidence-based policing. **Policy & Politics**, University of Bristol, UK, v. 46, n. 1, p. 3-26, 2018.

FRUTOS-BELIZÓN, Jesús de; MARTÍN-ALCÁZAR, Fernando; SÁNCHEZ-GARDEY, Gonzalo. The research-practice gap in the field of HRM: a qualitative study from the academic side of the gap. **Review of Managerial Science**, Heidelberg, Germany, v. 15, n. 6, p. 1465-1515, 2021.

GOLDSTEIN, Herman. Improving policing: a problem-oriented approach. **Crime & Delinquency**, Thousand Oaks, CA, v. 25, n. 2, p. 236-258, 1979.

GOLDSTEIN, Herman. **Problem-oriented policing**. New York: McGraw-Hill, 1990.

GOLDSTEIN, Herman. On further developing problem-oriented policing: the most critical need, the major impediments, and a proposal. **Crime Prevention Studies**, Monsey, NY, 2003.

GOODE, Jackie; LUMSDEN, Karen. The McDonaldisation of police-academic partnerships: organisational and cultural barriers encountered in moving from research on police to research with police. **Policing and Society**, Milton Park, Abingdon, v. 28, n. 1, p. 75-89, 2018.

HELLER, Sara et al. Preventing youth violence and dropout: a randomized field experiment. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research, 2013. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w19014.pdf>. Acesso em: 22 out. 2025.

HELLER, Sara et al. Thinking, fast and slow? Some field experiments to reduce crime and dropout in Chicago. **The Quarterly Journal of Economics**, Oxford, v. 132, n. 1, p. 1-54, 2017.

HUEY, Laura et al. "If you're gonna make a decision, you should understand the rationale": are police leadership programs preparing Canadian police leaders for evidence-based policing? **Policing: A Journal of Policy and Practice**, Oxford, UK, v. 15, n. 1, p. 197-207, 2018.

KAPUSTIN, Max; NEUMANN, Terrence; LUDWIG, Jens. **Policing and management**. Cambridge, MA, 2022. NBER Working Paper Series.

KEAY, Scott; KIRBY, Stuart. The evolution of the police analyst and the influence of evidence-based policing. **Policing: A Journal of Policy and Practice**, Oxford, v. 12, n. 3, p. 265-276, 2018.

LAYCOCK, Gloria. Crime science and policing: lessons of translation. **Policing: A Journal of Policy and Practice**, Oxford, UK, v. 8, n. 4, p. 393-401, 2014.

MACDONALD, Barry. **Research and action in the context of policing: an analysis of the problem and a programme proposal**. London: The Police Foundation, 1987.

MATHIASSEN, Lars. Designing engaged scholarship: from real-world problems to research publications. **Engaged Management ReView**, Cleveland, Ohio, v. 1, n. 1, 2017. Disponível em: <https://commons.case.edu/emr/vol1/iss1/2>.

NI, Yifeng; LIU, Ning. Bridging the theory-practice divide in public administration: a virtuous pragmatic approach of Wang Yangming and William James. **Public Policy and Administration**, Thousand Oaks, CA, v. 40, n. 3, p. 452-476, 2025.

NUTLEY, S.; WALTER, I.; DAVIES, H. Using evidence: how research can inform public services: a review. **Evidence and Policy**, Bristol, UK, v. 3, n. 3, p. 439-457, 2007.

PIQUERO, Alex R.; SHERMAN, Lawrence W. Did more stop and search by police cause less knife injury in London? Evidence from 2008-2023. **Journal of Quantitative Criminology**, New York, v. 41, n. 3, p. 459-494, 2025.

ROGERS, Colin; PEPPER, Ian; SKILLING, Louise. Evidence-based policing for crime prevention in England and Wales: perception and use by new police recruits. **Crime Prevention and Community Safety**, New York, NY, v. 24, n. 4, p. 328-341, 2022.

SANTOS, Rachel Boba; SANTOS, Roberto G. **A police organizational model for crime reduction: institutionalizing problem solving, analysis, and accountability**. Washington, D.C.: U.S. Dept. of Justice, Office of Community Oriented Policing Services, 2011.

SÃO PAULO. Decreto nº 69.557, de 26 de maio de 2025. Cria a Assessoria de Estudos e Pesquisas em Segurança Pública. São Paulo, 2025.

SCOTT, Michael S. **Problem-oriented policing: reflections on the first 20 years**. Washington, D.C.: Department of Justice, Office of Community Oriented Policing Services, 2000.

SHERMAN, Lawrence W. **Evidence-based policing**. Washington, DC: Police Foundation, 1998. Ideas in American Policing.

SHERMAN, Lawrence W.; MURRAY, Alexander. Evidence-based policing: from academics to professionals. **International Criminal Justice Review**, Atlanta, GA, v. 25, n. 1, p. 7-10, 2015.

TELEP, Cody W.; LUM, Cynthia. The receptivity of officers to empirical research and evidence-based policing: an examination of survey data from three agencies. **Police Quarterly**, Thousand Oaks, California, USA, v. 17, n. 4, p. 359-385, 2014.

TILLEY, Nick; LAYCOCK, Gloria. The police as professional problem solvers. In: **The future of policing**. New York, NY: Routledge, 2013.

TOCH, Hans; GRANT, James Douglas; GALVIN, Raymond. **Agents of change: study of police reform**. New York: John Wiley & Sons Inc, 1974.

VAN DE VEN, Andrew H.; JOHNSON, Paul E. Knowledge for theory and practice. **The Academy of Management Review**, Briarcliff Manor, NY, v. 31, n. 4, p. 802-821, 2006.

WALKER, Richard M. et al. Revisiting the academic-practitioner divide: evidence from computational social science and corpus linguistics. **Public Administration Review**, Hoboken, NJ, v. 83, n. 6, p. 1599-1617, 2023.

WILKINSON, K. et al. Making sense of evidence: using research training to promote organisational change. Oxfordshire, UK, 2022. Disponível em: <https://hull-repository.worktribe.com/output/4112105/making-sense-of-evidence-using-research-training-to-promote-organisational-change>.

Data da submissão: 14.10.2025.

Data da aprovação: 06.05.2026.